

## **Notas sobre a relação entre estranhamento e capital: uma análise dos Manuscritos Econômico-Filosóficos e do Grundrisse<sup>1</sup>**

*Henrique Pereira Braga\**

**Resumo:** O presente trabalho procura contribuir para a investigação da relação de "permanência na mudança" que há na crítica à economia política elaborada por Marx desde de seu primeiro encontro com tais autores, nos Manuscritos Econômico-Filosóficos (1844), até sua obra madura, O Capital (1867). Para tanto, será exposta a relação das categorias estranhamento e capital por meio da análise detida dos Manuscritos e dos Grundrisse (1857/58), tendo como chave analítica os conceitos de riqueza e pobreza, uma vez que, longe de se referirem às disparidades dos rendimentos, esses conceitos, em Marx, tratam da constituição de meios materiais para o desenvolvimento das potencialidades humanas e o quão distante está cada humano, no capitalismo, desse desenvolvimento. Tal compreensão de Marx, nesses escritos, da problemática da riqueza é possível, conclui-se, por causa da íntima relação entre essas duas categorias que expressam o fundamento da complexa sociedade dominada pelo capital, pavimentando o terreno para uma reinterpretação do papel dessas categorias em O Capital.

Palavras-chave: Karl Marx (1818-1883); estranhamento; capital; crítica da economia política.

### **Notes on the relationship between estrangement and capital: an analysis of the Economic and Philosophical Manuscripts and the Grundrisse**

**Abstract:** The present work aims to contribute for the investigation from the relationship of "stay and change" that concerns Marx's critique of political economy from its first encounter with these authors – in Economic and Philosophical Manuscripts of 1844 – to his mature work, Capital – Volume I. Hence, will be shown the relationship between the categories of estrangement and capital by the close analyses of Manuscripts and Grundrisse, using as analytical key the concepts of wealth and poverty. Far from concerning to disparities between yields across individuals, these concepts, in Marx, regards to the constitution of material means for the development of human potentialities, as well to how far each human being are from this development in capitalism. This Marx comprehension from the wealth problem is possible, concludes, because the relationship between both categories that express the foundation from the complexity society dominated by capital. This analysis unfold, therefore, the ground for the reinterpretation of the role of estrangement and capital in his mature work.

Key words: Karl Marx (1818-1883); estrangement; capital; critique of political economy.

---

\*Professor Adjunto do Departamento de Economia da Universidade Federal do Espírito Santo.

<sup>1</sup> O presente trabalho é resultado, e contém partes, da tese de doutorado defendida no Instituto de Economia da Unicamp, sob orientação do professor Plínio de Arruda Sampaio Jr., e que contou com um ano de doutorado sanduíche no exterior sob a supervisão do professor Moishe Postone. Ambos os estudos foram financiados pela CAPES.

## Introdução

Na tentativa de compreender o lugar das categorias estranhamento (alienação) e capital na crítica à economia política elaborada por Marx, o presente trabalho procura analisar os *Manuscritos Econômico-Filosóficos* (doravante, *Manuscritos*) e os *Esboços para a Crítica da Economia Política* (doravante, *Grundrisse* – como é amplamente conhecido). Trataram-se de escritos nos quais são encontradas tanto as formulações pioneiras dos conceitos de estranhamento e de capital, quanto expressam a “permanência na mudança” que ocorre no pensamento do autor, desde o seu primeiro encontro com a economia política até sua suprassunção<sup>2</sup> das categorias desses autores.

A reconstituição do conteúdo dessas categorias será efetuada por meio da exposição sintética dos resultados de um estudo exegético dos escritos de Marx. Tal estudo realizou-se por meio da investigação dos conceitos de riqueza e de pobreza que emergem nos *Manuscritos* e no *Grundrisse*, haja vista que a temática da abundância em meio à profusa pobreza atravessa a exposição, realizada em *O Capital – livro I*, da estrutura social burguesa.<sup>3</sup>

No presente trabalho, procura-se defender, portanto, que a compreensão dos conceitos de estranhamento e de capital, bem como sua imbricação, alarga o entendimento da crítica de Marx à sociedade burguesa, permitindo qualifica-la de “capitalista”, e evidencia tanto as condições estruturais necessárias à sua superação sociedade quanto as relações sociais que devem ser abolidas para tal.

A fim de cumprir com esse objetivo, o trabalho está dividido em duas partes, precedidas dessa introdução e sucedida de considerações finais. Na primeira seção, expõe-se a síntese de um estudo exegético do *Manuscritos*, centrando a recuperação do argumento no próprio texto, de forma que as referências clássicas a esse escrito compareceram como suporte da exposição. Em seguida, realizou-se o mesmo movimento de exposição dos *Grundrisse*. Nos dois casos, procurou-se situar as obras no contexto em que foram escritas e, posteriormente, descobertas e publicadas.

---

<sup>2</sup> Conforme recorda José Chasin (2009, p.39), Marx não realizou uma mera síntese dos autores representativos da “economia política”, mas conseguiu incorporá-los de forma a produzir uma teoria autônoma em relação a esses autores e capaz de dar conta dos elementos estruturais da vida social burguesa. Em poucas palavras, elaborou uma compreensão radicalmente nova a partir desses autores.

<sup>3</sup> Em *O Capital*, cabe recordar, além da “lei geral da acumulação capitalista” – na qual o autor aponta para o crescente empobrecimento relativo dos trabalhadores frente ao capital –, a seguinte passagem do primeiro capítulo: “A riqueza das sociedades onde reina o modo de produção capitalista aparece como uma ‘enorme coleção de mercadorias’, e a mercadoria individual como sua forma elementar. Nossa investigação começa, por isso, com a análise da mercadoria. (...) [os] valores de uso formam o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social desta. Na forma de sociedade que iremos analisar, eles constituem, ao mesmo tempo, os suportes materiais do valor de troca”. (Marx, 2013, p.113-114)

## Os Manuscritos Econômico-Filosóficos

Sabe-se que a descoberta e a publicação dos *Manuscritos* na década de 1930 contribuiu para o desenvolvimento da teoria social ao longo do século XX, fornecendo poderosos argumentos para a crítica demolidora tanto do “marxismo oficial” proferido pela União Soviética, quanto das leituras positivista da obra de Marx que se somavam ou se contrapunham a esse marxismo – que também era positivista. Tal importância pode ser atestada nos textos do filósofo húngaro György Lukács, do filósofo alemão Herbert Marcuse ou do psicanalista Erick Fromm – esses dois últimos, membros do que ficou conhecido como “Teoria Crítica da Escola de Frankfurt” –, para ficarmos em alguns exemplos.<sup>4</sup>

Datado de 1844, os *Manuscritos* são um conjunto de textos em que Marx esboça, apoiado em seus cadernos de fichamento – conhecidos como *Cadernos de Paris* – uma primeira crítica da economia política, além de avançar em sua crítica ao livro *Fenomenologia do Espírito*, de Hegel. As partes que sobreviveram ao tempo avançam na percepção do autor, já anunciada nos *Anais Franco-Alemães* de 1843, de que, para a crítica ao estado burguês, era necessário, em primeiro lugar, criticar as condições materiais sobre as quais está assentado esse estado.

Os *Manuscritos* tinham esse objetivo, ressaltando-se que a crítica da vida social burguesa não envolvia apenas um escrutínio de sua “economia”, mas também de outros aspectos da vida social, que deveriam ser objeto de outros trabalhos. Ao final dessa empreitada, afirma o autor, seria possível ter uma compreensão do conjunto dessa vida social. Como se sabe, Marx não chegou a cumprir esse objetivo, passando a maior parte de sua vida entre a intervenção e análise política e a investigação da sua “Economia”.<sup>5</sup>

O escrito editado em 1930 começa com uma crítica à concepção da economia política sobre cada uma das três fontes da chamada “renda nacional”: o trabalho, o capital e a propriedade fundiária. Em seguida, o autor afirma que a economia política não explica justamente o condicionante social último para existência do trabalho assalariado e da propriedade privada, suas fontes da riqueza. Tal condicionante é, para Marx, o estranhamento (ou a alienação).<sup>6</sup>

---

<sup>4</sup> A esse respeito, cabe conferir os seguintes escritos: György Lukács (2007), Herbert Marcuse (1972) e Eric Fromm (1961).

<sup>5</sup> Trata-se do termo utilizado por Maximilien Rubel (1981) para referir-se ao projeto de pesquisa de Marx em torno da crítica da economia política.

<sup>6</sup> Conforme observa Mészáros (1972), o termo estranhamento é sinônimo de alienação e expressa as palavras *Entäußerung*, *Entfremdung* e *Veräußerung*, sendo a última referente à prática da alienação (ou estranhamento). Entretanto, a tradução aqui utilizada dos *Manuscritos* diferencia o termo *Entäußerung* do

Ao afirmar ser esse o fundamento da sociedade burguesa, o autor passa o restante do manuscrito a demonstrar que esse fundamento resulta das próprias relações entre os humanos, ao contrário de ser resultado de relações divinas, de forma que sua superação passa por uma transformação das relações sociais de tal envergadura que o estranhamento não mais seja seu fundamento. Aliás, nota Marx, o estranhamento está presente em todas as sociedades de classes. Em meio a essa demonstração e proposição de superação, vale notar ainda, Marx reforça seu argumento, retoma pontos e apresenta fragmentos importantes para a compreensão do estranhamento.

De maneira sintética, esse fundamento pode ser explicado do seguinte modo: a cisão entre os humanos em classes sociais, nas quais se verificam, de um lado, os proprietários dos meios de produção e, do outro lado, os humanos na posição de trabalhadores, tem por fundamento o estranhamento, tanto dos proprietários quanto dos trabalhadores, frente aos resultados da sua atividade, ao ato de efetivação dessa atividade, ao gênero humano e para com cada um dos humanos. Assim, os humanos tomam os demais e a natureza como objetos exteriores e estranhos – i.e., somente como meios para a realização de determinada finalidade –, de forma que sua atividade ou a apropriação dos resultados da atividade, não contribui para o desenvolvimento de sua maestria (não é um fim em si mesma), mas tão somente para seu desgaste com o objetivo de produzir objetos para a fruição imediata por outro.<sup>7</sup>

Na sociedade em que a propriedade privada assume a forma de propriedade privada móvel<sup>8</sup> – passível de compra e venda – e o trabalho toma a forma de trabalho assalariado – compra e venda da capacidade de trabalho como meio de vida –, ocorreria, de acordo com Marx, o máximo desenvolvimento do estranhamento, uma vez que a degradação dos humanos na posição (social) de trabalhadores assalariados e o contraste

---

termo Entfremdung, ao qualificar o primeiro como exteriorização e o segundo como estranhamento. O objetivo da diferenciação reside em atentar para a distinção que há entre a exteriorização – objetivação proveniente da atividade do ser, que permanece “fora dele” – e o estranhamento – a não incorporação pelo ser humano dos resultados de sua atividade. Compreende-se que o objetivo dessa diferença reside em capturar um modo de trabalho no qual seus resultados são constituídos como objetos exteriores que não contribuem para o desenvolvimento das capacidades humanas, mas sim degrada os humanos. Esses dois momentos atuam em conjunto e são sinalizados na tradução utilizada com o termo estranhamento, exteriorização como o fundamento da sociedade burguesa. No presente trabalho, optou-se por manter o termo estranhamento, indicando seu conteúdo, para designar o fundamento da sociedade burguesa. Isso porque se objetiva uniformizar o texto e acompanhar a nomenclatura utilizada no debate corrente sobre a obra de Marx, que o intercambia por alienação. Essa escolha, contudo, não elimina o controverso debate em torno desses termos, bem como sua adequada tradução. A esse respeito, consultar Ranieri (2000; 2004), Ollman (1976) e José Paulo Netto (2015).

<sup>7</sup>Conforme Marx, (2004, p.24-26; p.80-83; p.86-88; p.90).

<sup>8</sup>Conforme Marx, (Ibid, p.74-75).

de tal deterioração com a riqueza social por eles produzida seria de tal envergadura que marcaria a vida do trabalhador assalariado como vida para o trabalho. Tal posição social, por sua vez, explica, para Marx, porque o trabalho é estabelecido pela economia política como fonte de toda a riqueza, embora seja necessário que recebam apenas para a sua subsistência.<sup>9</sup>

Sua contraparte, os proprietários privados, seriam os possuidores dessa riqueza acumulada, da qual fruem na forma do **ter** e não na forma do **ser**<sup>10</sup>. Ou seja, não enriquecem a si mesmos, haja vista que se trata de um conjunto de objetividades externas e estranhas, mas sim enriquecem o próprio poder social constituído na forma do dinheiro que a tudo pode comprar.<sup>11</sup>

A abolição do estranhamento não significa, é importante indicar, a generalização da propriedade da abundância material externa e estranha, à qual Marx denomina de “riqueza material coisal”. Ao contrário, a superação do estranhamento exige a apropriação dessa riqueza por meio do enriquecimento dos humanos – o gênero e seus singulares. O próprio processo de produção (ou as atividades que envolvam sua produção) deve ser constituído de forma a ampliar a maestria dos humanos, de maneira que as objetividades, embora sempre exteriores, não serão estranhas porque realizadas a partir da sua interiorização pelos humanos. Assim, a apropriação não é a socialização dos resultados da produção ou do controle do modo de produzir pelo Estado, pois, tanto num caso com no outro, o que se universalizou foi o estranhamento.<sup>12</sup>

A superação dessa realidade social degradante para os humanos, seja porque tem sua vida transformada em trabalho seja porque seu horizonte é apenas o enriquecimento do mundo objetivo expresso no poder do dinheiro, exige, portanto, a superação do estranhamento por meio da apropriação da força social de produção constituída a partir

---

<sup>9</sup>Conforme Marx (2004, p.82-83).

<sup>10</sup>Essa diferença é observada por Fromm (1968).

<sup>11</sup>Tal enriquecimento do mundo objetivo, que se expressa num crescente poder do dinheiro, faz desse último o meio pelo qual se pode acessar às proezas humanas, fazendo do possuidor do dinheiro o efetivo proprietário de tais façanhas, mesmo que não possua nenhum dom, por si só. Parece, assim, que tem as propriedades desenvolvidas em seu próprio ser, quando não as possui. A esse respeito, ver Marx (2004, p.108; p.139-140; p.159). Essa compreensão do dinheiro e sua relação com o estranhamento, cabe notar, será retomada quando o autor discute o fetiche da mercadoria e do dinheiro – conferir Marx (2013, p.146-151; p.163-167).

<sup>12</sup>Conferir Marx (2004, p.88), para sua crítica a Proudhon. Ainda sobre esse ponto, cabe recordar a metáfora do casamento, utilizada pelo autor, para abordar a necessidade de uma transformação substantiva das relações sociais, não somente uma apropriação daquilo que é produzido de forma estranhada, uma vez que superar o domínio dos homens sobre a mulheres não passa pela socialização das mulheres e sim por uma efetiva mudança do padrão de relação entre os dois. Conferir Marx (2004, p.103-104).

dessa deterioração das relações sociais. Tal força que, aponta Marx, se constitui como “capital”.

Nos *Manuscritos*, encontra-se exposto, portanto, o processo de produção da abundância material – denominada “riqueza material coisal” – como degradante dos humanos, de modo que o crescimento dessa riqueza constitui o cerne do empobrecimento da vida social. Com o desenvolvimento do conceito de capital, no *Grundrisse*, o autor qualificará que o estranhamento que ocorre na sociedade burguesa advém de uma relação social específica e, assim, o meio para sua superação assume a necessidade de efetivação de outro modo de vida, no qual o desenvolvimento da individualidade humana seja o fundamento da riqueza.

### **O Grundrisse**

Entre janeiro de 1857 e maio de 1858, Marx se dedicou à escrita do rascunho de sua crítica à economia política. Realizada durante a noite, chegando a atravessar madrugadas, os manuscritos desse período mostram um intenso trabalho de elaboração, experimentação e avanço intelectual do autor, e os resultados demonstram o progresso de Marx em sua crítica à economia política, além de explicitarem o método de exposição e de pesquisa do autor. Por essa razão, estes escritos são apresentados como o “laboratório”, no qual a crítica à economia política amadureceu.<sup>13</sup>

A decisão de empenhar tamanho esforço na elaboração de uma crítica à economia política surgiu com a deflagração da crise financeira internacional em 1856. Com essa crise, a crítica acurada do sistema de produção burguês, capaz de municiar a movimentação social em direção à superação dessa sociedade, fazia-se urgente. Mesmo ciente dessa urgência, Marx não pôde terminar seu trabalho para a publicação antes da crise arrefecer, sendo que o próprio desenrolar da crise não produziu a agitação social esperada pelo autor, a qual seus escritos buscavam influenciar.<sup>14</sup>

Dentre os impeditivos à redação e à publicação do trabalho estão diversos fatores que vão desde a penúria financeira pela qual passava sua família após o exílio Londres, a partir de 1849, até às complicações de saúde, devido às longas jornadas de trabalho no museu britânico e em sua casa – tanto para pesquisa referente à sua crítica da economia política quanto para a escrita de diversos de seus artigos jornalísticos ou para enciclopédias, que constituíam sua fonte de renda, que também foi afetada pela crise

---

<sup>13</sup>Sobre esse escrito ser o “laboratório” de Marx, verificar Riccardo Bellofiore *et al* (2013, p.1-16).

<sup>14</sup>Sobre este ponto ver: Musto (2008, p.159).

iniciada em 1856.<sup>15</sup> Somados a esses acontecimentos adversos para qualquer atividade intelectual, nota-se também a necessidade de aprofundar e desenvolver as categorias de sua crítica à economia política, bem como a sua forma de exposição.

O conjunto de textos que compõem esses manuscritos foi iniciado em Londres e finalizado em Manchester, durante viagem realizada por Marx para se recuperar de mais um problema de saúde. Não publicados em vida pelo autor, os pesquisadores responsáveis pela organização das obras completas de Marx na extinta União Soviética descobriram esses escritos entre 1925 e 1927, durante investigação para determinar o começo dos rascunhos de *O Capital*.<sup>16</sup>

Editados durante a década de 1930, o conjunto de manuscritos que resultaram do período de elaboração de sua crítica à economia política, denominados pelos editores de *Grundrisse*, foram publicados somente em 1939. Com o início da Segunda Guerra Mundial, porém, permaneceram desconhecidos dos leitores de Marx fora da União Soviética até sua publicação na Alemanha em 1953.<sup>17</sup>

Constata-se o impacto da publicação dessa obra nos leitores de Marx pelas diversas traduções e comentários<sup>18</sup> desses escrito a partir dos anos de 1960, uma vez que se mostrou material fértil para a crítica radical às interpretações mecanicistas da teoria social de Marx, veiculadas pelo marxismo oficial, proporcionando a oxigenação do debate em torno do pensamento do autor e dos rumos da sociedade contemporânea

---

<sup>15</sup>Além destas fontes de renda, Marx recebeu ajuda do amigo Friedrich Engels desde o começo da década de 1850. Para uma descrição detalhada da situação de Marx durante a primeira década de exílio em Londres, conferir McLellan (1973, p.226-315)

<sup>16</sup>A respeito do local de escrita, verificar Musto (2008, p.157). Sobre a data da descoberta, conferir Musto (2008, p.180).

<sup>17</sup>Sobre essas datas de edição e publicação ver Musto (2008, p.180-181).

<sup>18</sup>Seguiram-se à publicação dos *Grundrisse* diversas interpretações que consideram esses escritos em sua integridade. A título de exemplo se destacam os debates surgidos na Alemanha, Rússia, Itália, França e Estados Unidos. No primeiro país os trabalhos mais expressivos, segundo Mohl (2008, p.192-196), foram os de Alfred Schmidt, Jürgen Habermas, Roman Rosdolsky, Helmut Reichelt surgidos na década seguinte à publicação dos *Grundrisse* nesse país. Na Rússia, os anos de 1960 rederam, segundo Vasina (2008, p.207), os trabalhos de Alexander I. Maluish e Vitali S. Vygodski. Nos anos de 1970, de acordo com Tronti (2008, p.231-232), seguiram-se à tradução italiana – publicada por editor independente do Partido Comunista Italiano – as investigações do grupo teórico-político *Operaismo* – as quais procuravam interpretar as mudanças no padrão taylorista-fordista de produção – e, já nos anos de 1980, publica-se o trabalho de Antonio Negri. A recepção francesa desse escrito ocorreu após sua tradução por uma casa editorial não vinculada ao Partido Comunista deste país, sendo que tomou contato, segundo Tosel (2008, p. 225), com o primeiro estudo minucioso do conjunto desses escritos por meio do italiano Antonio Negri, quando convidado por Louis Althusser para ministrar um curso sobre os *Grundrisse* em 1978 na *École Normal Supérieure*. Nos Estados Unidos, de acordo com Arthur (2008, p.250-252), esses escritos receberam, após sua publicação integral em 1973, imediata apreciação crítica de Carol Gould, porém, dois anos antes, haviam recebido tradução parcial e apreciação crítica de David McLellan, bem como tinham sido introduzidos pelos estudos de Herbert Marcuse. Além disso, a publicação da tradução do trabalho de Roman Rosdolsky, em 1977, complementa a recepção e debate da obra neste país nos anos de 1970.

durante os anos de 1960 e 1970.<sup>19</sup> Em decorrência desse intenso debate, o *Grundrisse* se tornou peça fundamental tanto das análises posteriores da obra de Marx quanto das teorias sociais que, inspiradas em seus escritos, almejavam compreender a dinâmica da sociedade capitalista e suas mudanças.<sup>20</sup>

Do ponto de vista da compreensão do pensamento de Marx, os esboços reunidos nessa obra proporcionaram material para a compreensão da estreita relação entre os *Manuscritos* e *O Capital*, uma vez que explicita as mudanças e as continuidades do autor em sua crítica à economia política. Pelo menos dois aspectos dessa crítica de Marx podem ser destacados como pontos de contato entre esses escritos, mostrando a *unidade* do pensamento do autor em meio à sua incompletude. Trata-se do avanço do autor na compreensão do que a economia política denominava de “capital” e, por conseguinte, a qualificação de sua compreensão do *estranhamento* na sociedade burguesa.

Dividido em duas partes – a primeira dedicada ao “Dinheiro” e a segunda dedicada ao “Capital” –, o *Grundrisse* tem por fio condutor a demonstração de que a especificidade da sociedade burguesa está no seu processo de produção, norteado pela produção de determinada riqueza, de forma que as relações de troca são, nas mais variadas formas do dinheiro, adequadas a esse processo.

Ao iniciar pela polêmica com a economia política e com os socialistas franceses, seguidores de Proudhon, o autor procura demonstrar que as mudanças (ou reformas) sociais centras somente na alteração da forma da troca (abolição do dinheiro, dinheiro trabalho, bônus horários etc.) não resolveriam as mazelas sociais produzidas pela sociedade burguesa. Isso porque, para Marx, o processo de troca centrado no dinheiro não caracteriza a sociedade burguesa. É seu componente importante, mas não constitui sua especificidade.<sup>21</sup>

Para delinear a característica específica à sociedade burguesa, Marx recorda que suas relações sociais (burguesas) são caracterizadas pela independência pessoal e pela dependência coisal. Ao contrário de ser uma sociedade baseada na dependência pessoal,

---

<sup>19</sup> A importância desse escrito para a crítica ao marxismo oficial pode ser constatada pelo fato relatado por Mohl (2008, p.191): o *Grundrisse* não figurou nas edições oficiais das obras completas de Marx até o ano de 1983 - seja em alemão ou em russo -, embora tenha sido traduzido em edições independentes dos partidos comunistas de cada país para, seguindo Musto (*Ibid.*, p.183), vinte e dois idiomas (inclusive Farsi) com mais de trinta e duas versões.

<sup>20</sup> Neste particular, destacam-se as interpretações inspiradas em Marx que procuram compreender as transformações no capitalismo a partir dos anos de 1970 por meio da discussão do lugar do trabalho nessa sociedade. Para uma síntese de parte significativa desse debate, conferir João L. G. Medeiros & Marcelo Carcanholo (2011).

<sup>21</sup> Conferir Marx (2011, p.95).



em que nosso pertencimento à sociedade se dá pela nossa posição social, garantida pelo grau de parentesco, por um fundamento religioso ou por um domínio direto sobre outros grupos sociais – por exemplo –, na sociedade burguesa são as relações entre os produtos dos trabalhos de cada produtor individual que medeiam nossas relações.<sup>22</sup> Assim, participa-se da produção social na proporção em que se contribui para essa produção (ou apropria-se da produção de outro) – contribuição essa medida pelo tempo de trabalho consubstanciado nos valores de uso produzidos, pelos produtores privados, para a troca.

Para a instauração desse padrão de relação social, Marx assinala a ocorrência de uma mudança substantiva nas relações humanas. Além do crescimento do comércio, da indústria, dos transportes, das comunicações etc. – em suma, do intercâmbio humano na forma do “negócio” –, verificou-se a expropriação dos humanos, na posição social de trabalhadores, dos meios de produção e dos meios de subsistência, marcado pela transformação da terra em propriedade privada móvel – isto é, passível de venda.<sup>23</sup>

Tal expropriação mudou radicalmente a natureza do intercâmbio humano, ao estabelecer as coisas resultantes do trabalho sobre coisas como o meio de acesso à produção social, relegou as relações pessoais ao segundo plano. Assim, os humanos são estabelecidos como independentes entre si – “livres e iguais” perante a lei – para trocarem suas coisas – mesmo que a única coisa que possuam seja a si mesmo, sua própria capacidade de trabalho, produzindo a coisificação dos humanos.<sup>24</sup>

A transformação nas relações humanas com a instituição do trabalho assalariado junto com determinado grau de intercâmbio humano caracteriza um processo social de produção que Marx procura apreender com a categoria de capital. Refutando a noção da economia política de que capital são as coisas que medeiam o processo de trabalho, Marx demonstra que o capital é o movimento contraditório da produção do “valor de troca” consubstanciado em valores de uso. Assim, o capital assume várias formas ao longo desse movimento, justamente por ser a reprodução do valor de troca que, enquanto tal, necessita da forma do uso para continuar a existir (mesmo que o uso seja representar valores de troca, como o dinheiro).<sup>25</sup>

Tal movimento de reprodução do valor de troca é explicado pela unidade entre o processo de produção e de circulação de mercadorias. Nesse último, ocorre a troca entre

---

<sup>22</sup>Conferir Marx (2011, p.104-107)

<sup>23</sup>Conferir Marx (2011, p.215-216).

<sup>24</sup>Conferir Marx (*Ibid.*, p.219-221).

<sup>25</sup>Conferir Marx (*Ibid.*, p.211-213).

iguais: o representante do capital se apropria da força de trabalho, que recebe o suficiente para se reproduzir na posição social de trabalhador.<sup>26</sup> Na produção, por seu turno, a relação de troca acontece no momento em que a força de trabalho é posta para trabalhar. Durante esse tempo, trabalha-se além do tempo necessário à sua reprodução – i.e., o valor de troca pelo qual foi contratada – resultando num tempo de trabalho excedente que é apropriado pelo capital, uma vez que tal tempo assume a forma de valores de troca consubstanciados em valores de uso.<sup>27</sup>

Vendidos, tais valores de troca devem novamente assumir a forma da força de trabalho e dos meios de produção, recompondo o movimento. Porém, o representante do capital que está atento a essa necessária unidade procura recompor o movimento, sempre que possível, em escala ampliada, pois sua participação na riqueza social advém do quantum de trabalho “ele produz” frente ao quantum de trabalho produzido pelo conjunto social. Assim, para Marx, o enriquecimento ocorre por meio do crescente produção e realização de valores de troca consubstanciados em valores de uso, na qual seja ampliada a quantidade de valor a mais frente aos valores adiantados para a produção.

Justamente no movimento de contínua reprodução ampliada do valor de troca reside, nota o autor, a contradição desse processo de produção que abre a possibilidade para sua superação em direção à emancipação humana.<sup>28</sup> Pois, para ampliar o tempo de trabalho excedente em escala crescente, o capital engendra a elevação do intercâmbio humano, de forma a reduzir o tempo de trabalho necessário à reprodução da capacidade de trabalho frente ao tempo de trabalho excedente. Contudo, cada nova elevação do intercâmbio humano diminui um já reduzido tempo de trabalho necessário, provocando uma pequena elevação do tempo de trabalho excedente.<sup>29</sup> Por consequência, o crescimento da quantidade de tempo de trabalho apropriada como excedente tende a ser cada vez menor e não poderá ser nulo, haja vista que o crescimento do valor de troca ocorre sobre o trabalho vivo<sup>30</sup>.

A explicação de Marx para essa tendência reside na transformação histórica do modo de trabalho, na medida em que a elevação das “forças produtivas do trabalho” tem um salto vertiginoso com a passagem do processo de trabalho da Manufatura para a

---

<sup>26</sup>Conferir Marx (*Ibid*, p.222).

<sup>27</sup>Conferir Marx (*Ibid*, p.251-252; p.254).

<sup>28</sup>Conferir Marx (2011, p.255-256).

<sup>29</sup>Conferir Marx (2011, p.263-265; p.269-270).

<sup>30</sup>Conferir Marx (2011, p.267)

Grande Indústria. Concomitante a esse salto, ocorreu o estabelecimento – por meio de intensa e sangrenta luta dos trabalhadores – do limite à jornada de trabalho diária.

Na manufatura, em linhas gerais, o ritmo de trabalho e a força da produção são ditados pelo próprio trabalhador, de forma que a elevação da redução do tempo de trabalho necessário à produção das mercadorias é dependente de sua destreza, da divisão do trabalho unilateral e maquinal e da organização do processo de trabalho.<sup>31</sup> Na grande indústria, grosso modo, o ritmo de trabalho e a força da produção são ditados pelo sistema de máquinas, de maneira que a divisão do trabalho manufatureira e seu princípio de organização são mantidos, porém, a força de trabalho é reduzida à posição de apêndice da máquina – i.e., mais uma de suas engrenagens de produção.<sup>32</sup> Como resultado, a redução no tempo de trabalho necessário à reprodução da capacidade de trabalho pode ser ampliada sem o limite natural da destreza da própria força de trabalho, expandindo o tempo de trabalho excedente por meio não apenas da contínua e extensa jornada de trabalho, mas também pelo aumento da sua intensidade.

Como o crescimento da riqueza social burguesa, sob a grande indústria, ocorre pela redução do tempo de trabalho necessário frente ao tempo de trabalho excedente, Marx nota que tal crescimento será cada vez menor porque acontece no interior da própria jornada de trabalho – que se encontra limitada. Por ser um limite, aliás, conquistado durante um longo processo histórico de luta dos trabalhadores, não há um impeditivo, a priori, à elevação da jornada de trabalho como forma de ampliar o excedente, de maneira que Marx, ao assinalar essa tendência ao decréscimo da produção de valor de troca, afirma apenas uma tendência geral da sociedade assim constituída.<sup>33</sup>

---

<sup>31</sup>Conferir Marx (2011, p.486-488).

<sup>32</sup>Conferir Marx (2011, p.580-583).

<sup>33</sup>Dada a relação entre o tempo excedente e o tempo necessário no interior de uma jornada de trabalho **inalterada**, pode-se sintetizar o efeito da ampliação das forças produtivas sobre o *acrécimo* de trabalho excedente por meio de uma sequência numérica, cuja soma é convergente. Supondo que  $x$  seja a parcela da jornada de trabalho dedicada ao trabalho necessário e  $y$  o quanto as forças produtivas multiplica a capacidade de trabalho, tem-se que o primeiro termo da sequência pode ser expresso pela razão  $x/y$ , na qual a elevação da força produtiva do trabalho reduz a quantidade de horas necessária à reprodução da capacidade de trabalho. Essa redução implica o acréscimo ao tempo de trabalho excedente, uma vez que a jornada de trabalho é mantida constante. O termo seguinte, por seu turno, é o novo tempo de trabalho necessário dividido pelo quanto as forças produtivas multiplica a capacidade de trabalho. Cada novo termo, assim, será o termo anterior novamente dividido pelo efeito da força produtiva sobre a capacidade de trabalho. Em termos gerais, cada novo acréscimo pode ser expresso pelo conjunto  $S_n = \{x/y; x/y^2; x/y^3; x/y^4; \dots; x/y^n\}$ , em que  $n > 0$  e pertencente ao conjunto dos números naturais. Nota-se que, **sob as estritas condições aqui desenvolvidas**, a crescente expansão das forças produtivas tende a produzir um *acrécimo* sempre menor no tempo de trabalho excedente. Para ser mais exato, um acréscimo que tende à zero, pois:  $\lim_{n \rightarrow \infty} x/y^n = 0$ . A soma dessa sequência numérica é, por isso, convergente. Isso não significa, cabe destaque, um menor trabalho excedente com a elevação das forças produtivas, mas sim um

Apesar do substantivo crescimento da riqueza material, bem como do intercâmbio humano, o que se verifica é, portanto, o decrescimento da taxa de crescimento da riqueza social burguesa. O que marca uma contradição do seu processo de produção: constitui um potencial de produção que permitiria reduzir a jornada de trabalho ao mínimo de tempo de trabalho necessário para o conjunto social, mas essa potência não se efetiva, porque assume a forma capital, por meio do modo de trabalho que incorpora ao sistema de máquinas a divisão do trabalho manufatureira, constituindo assim um processo de trabalho cujo caráter é ser meio para extração de trabalho.<sup>34</sup>

Em outras palavras, ao invés de libertar os humanos de jornadas de trabalho contínuas, extensas e intensas destinadas unicamente à reprodução de crescente valor de troca consubstanciado em valores de uso, o potencial produtivo constituído com o avanço da reprodução do capital mantém os humanos confinados a esse horizonte estreito de produção, degradando sua existência. Longe de estabelecer o efetivo desenvolvimento da individualidade humana, notar-se a redução do tempo dedicado a outros aspectos da vida humana, enquanto eleva-se o tempo de trabalho, que pode ser notada hoje com o avanço, a passos largos, sobre o tempo de sono<sup>35</sup>.

O desenvolvimento da individualidade humana seria possível, para Marx, justamente pela apropriação do potencial produtivo engendrado pelo crescimento do intercâmbio humano. O que significa a constituição de um processo de produção cujo objetivo seja produzir tempo disponível para que os humanos pudessem desenvolver os mais variados aspectos de seu ser. Ou seja, uma vida social na qual a riqueza seja o desenvolvimento humano e a pobreza seja somente a ausência de intercâmbio entre os humanos, restando ao trabalho uma posição declinante no conjunto das relações sociais.<sup>36</sup>

Nota-se, assim, que, por meio da crítica à compreensão do dinheiro e do capital da economia política e seus críticos, Marx desenvolve a relação de troca centrada no dinheiro com capacidade de tudo adquirir como oriunda de um específico processo de produção. Tal processo, por sua vez, decorre de um padrão de relação social em que os humanos são independentes uns dos outros e dependentes dos resultados de seus trabalhos, materializados em seus bolsos. Essa explicação é possível, cabe destaque,

---

contínuo declínio do crescimento do trabalho excedente. Em *O Capital* essa tendência será elaborada com mais profundidade, em especial quando combinada à acumulação, produzindo a famosa “Lei geral da acumulação”. Sobre o comportamento da série numérica acima e para a demonstração dessa convergência, consultar N. S. Piskunov (1969, p.710-714).

<sup>34</sup>Consultar Marx (2011, p.119-120; p.590-591).

<sup>35</sup>Sobre esse assunto, ver Jonatahn Crary (2013).

<sup>36</sup>Conferir Marx (2004, p.112-113; 2011, p.591).

porque Marx expõe um conceito de capital inteiramente novo que permite qualificar a sociedade burguesa de capitalista.

Do ponto de vista da compreensão da riqueza e da pobreza, nota-se que, no *Grundrisse*, o autor explicita um processo social de produção de uma riqueza específica – valores de troca consubstanciado em valores de uso – de forma que a riqueza é, efetivamente, o conjunto dos valores produzidos em escala ampliada. Em outros termos, a riqueza é o quantum de trabalho sempre em crescimento, de forma que a abundância material apenas significa riqueza na medida em que expressa e engendra quantum de trabalho em crescimento. Do contrário, não configura riqueza.

Há, assim, uma afirmação da duplicidade da riqueza social capitalista, que não se encontrava nos *Manuscritos*. Além disso, o fundamento dessa riqueza é, de forma explícita e estrutural, o empobrecimento dos humanos, que, confinados à relação de estranhamento, são degradados porque tem sua vida reduzida às jornadas de trabalho contínuas, extensas e intensas, bem como um horizonte de reprodução social enquadrado pelo movimento contraditório do processo de produção da riqueza social capitalista.<sup>37</sup>

### **Considerações Finais**

Ao demonstrar que a categoria capital qualifica o estranhamento constitutivo da sociedade burguesa, de forma a assentar essa sociedade de classes em um padrão de relação social que estabelece um domínio das coisas sobre os humanos, a exposição acima permitiu compreender que, para Marx, a riqueza é historicamente específica.

No caso do capitalismo, a riqueza não é apenas material, contabilizada na forma monetária, tampouco apenas dinheiro; mas sim a relação contraditória entre produção material e produção de valor de troca – ou seja, “capital”. Com essa compreensão da riqueza, o autor permite figurar a pobreza como degradação do humano, uma vez que, estranhado de suas próprias objetivações, o desenvolvimento de sua individualidade está restrito aos aspectos relevantes para a produção da riqueza capitalista, não havendo tempo disponível, tanto para o conjunto dos singulares quanto para o gênero humano, para o livre desenvolvimento das suas individualidades.

---

<sup>37</sup>Para os leitores de Marx, contudo, fica evidente que, no *Grundrisse*, não está assentada a teoria social crítica do autor, tal como se encontra, pelo menos, no volume I de *O Capital*. Sobre isso, cabe notar que, nesse esboço, a categoria valor não assumiu o conteúdo que possui no livro publicado, sendo ainda idêntica à categoria “valor de troca”. Como resultado dessa identidade, a exposição da origem do mais-valor carece do valor com categoria social total que emerge da diferença substantiva no interior do próprio trabalho assalariado – trabalho concreto e trabalho abstrato – que, com o desdobrar das formas de crescimento do mais-valor, explicita o lugar de primazia de um tempo histórico, o tempo abstrato – i.e., um tempo uniforme, contínuo e homogêneo –, na constituição das relações humanas sob a égide do capital. Tal observação é desenvolvida por Moishe Postone (2003, p.186-225; p.286-306).

Com isso, evidencia-se que Marx assenta na reprodução da estrutura social capitalista a explicação para a crescente produção de riqueza em meio à profusa pobreza, de forma que, a relação entre as categorias estranhamento e capital por meio da chave de leitura da problemática da riqueza, expressa o fundamento da complexa sociedade dominada pelo capital. O que, por fim, pavimenta o terreno para uma reinterpretação do papel dessas categorias em *O Capital*, à luz da problemática da riqueza.

### Referências Bibliográficas

- ARTHUR, Christopher J. “USA, Britain, Australia and Canada”. *Karl Marx’s Grundrisse: foundations of the critique of political economy 150 years later*. London: Routledge, 2008. p. 249-256
- BELLOFIORE, Riccardo, STAROSTA, Guido, THOMAS, P. D. (ed.) *In Marx’s laboratory: Critical interpretations of the Grundrisse*. Leiden: Brill, 2013.
- CARCANHOLO, Marcelo D.; MEDEIROS, João Leonardo G. “Trabalho no Capitalismo Contemporâneo: pelo fim das teorias do fim do trabalho”. In: *Revista Outubro*, São Paulo, n.20, p.171-197, 2012.
- CHASIN, José [1995]. *Marx: estatuto ontológico e resolução metodológica*. São Paulo: Boitempo, 2009.
- CRARY, Jonathan. *24/7: Late Capitalism and the Ends of Sleep*. London: Verso, 2013.
- FROMM, Erich. *Marx’s Concept of Man*. New York: Frederick Ungar Publishing, 1961.
- LUKÁCS, Gyögy. “O Jovem Marx”. Trad. José Paulo Netto. In: *O Jovem Marx e outros escritos de filosofia*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007. p.121-202.
- MARCUSE, Herbert [1932]. “The Foundation of Historical Materialism”. In: *Studies in Critical Philosophy*. Boston: Beacon Press, 1972. Disponível em <https://www.marxists.org/reference/archive/marcuse/works/historical-materialism/> acessado em 11/07/2017.
- MARX, Karl. [1844]. *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. Trad. Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004.
- \_\_\_\_\_. [1857-58]. *Grundrisse: esboço da crítica da economia política*. Trad. Mario Duayer. São Paulo: Boitempo, 2011.
- \_\_\_\_\_. [1867]. *O Capital: para crítica da economia política*. Trad. Rubens Endeler. São Paulo: Boitempo, 2013. Volume I
- MCLLELAN, David. *Karl Marx: his life and thought*. New York: Harper & Row, 1973.
- MÉSZÁROS, István [1970]. *Marx’s Theory of Alienation*. New York: Harper Torchbooks, 1972.
- MOHL, Ernest T. “Germany, Austria and Switzerland”. *Karl Marx’s Grundrisse: foundations of the critique of political economy 150 years later*. London: Routledge, 2008. p. 189-201.
- MUSTO, Marcello. “Dissemination and reception of the Grundrisse in the world: introduction”. *Karl Marx’s Grundrisse: foundations of the critique of political economy 150 years later*. London: Routledge, 2008. p. 179-188.

- NETTO, José Paulo. “Apresentação”. In: *Cadernos de Paris & Manuscritos Econômico-Filosóficos de 1844*. São Paulo: Expressão Popular, 2015.
- OLLMAN, Bertell [1971]. *Alienation: Marx's conception of man in capitalist society*. New York: Cambridge University Press, 1976.
- PISKUNOV, N. *Differential and Integral Calculus*. Moscow: MIR Publishers, 1969.
- POSTONE, Moishe [1993]. *Time, Labor and Social Domination: a reinterpretation of Marx's critical theory*. New York: Cambridge University Press, 2003.
- RANIERI, Jesus José. *Alienação e estranhamento em Marx: dos manuscritos econômicos-filosóficos de 1844 a ideologia alemã*. 2000. 258 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <<http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000203844>>. Acesso em: 20 fev. 2015.
- \_\_\_\_\_. “Sobre os Chamados Manuscritos Econômico-Filosóficos de Karl Marx”. In: *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- RUBEL, Maximilien. *Rubel on Karl Marx: Five Essays*. Trad. Joseph J. O'Malley e K. W. Algozin. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 1981.
- TOSEL, André. “France”. *Karl Marx's Grundrisse: foundations of the critique of political economy 150 years later*. London: Routledge, 2008. p. 223-228.
- TRONTI, Mario. “Italy”. *Karl Marx's Grundrisse: foundations of the critique of political economy 150 years later*. London: Routledge, 2008. p. 229-235.
- VASINA, Lyudmila L. “Russia and the Soviet Union”. *Karl Marx's Grundrisse: foundations of the critique of political economy 150 years later*. London: Routledge, 2008. p. 202-212.